



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
DIRETORIA DE COMPRAS

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23070.013919/2023-30

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 007/2023

1. DO OBJETO

1.1. **Registro de Preços para aquisição com fornecimento parcelado de material de laboratório, tais como: agulha, luva e tubo, entre outros**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e respectivo edital.

1.2. Na tabela abaixo seguem a descrição, a quantidade, a unidade de medida, o valor unitário para os itens desta licitação.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNIT. ESTIMADO
01	ADAPTADOR, COLETA SANGUE A VÁCUO, MATERIAL PLÁSTICO, PARA ENCAIXE EM TUBOS 13 X 75 MM, ROSQUEADO PARA AGULHA COLETA	479641	UNIDADE	115	R\$ 0,85
02	ADAPTADOR, COLETA SANGUE A VÁCUO, MATERIAL PLÁSTICO, PARA ENCAIXE EM TUBOS 13 X 75 MM, ROSQUEADO PARA AGULHA COLETA, COM PROTETOR DE SEGURANÇA	479642	UNIDADE	115	R\$ 0,80
03	AGULHA, COLETA SANGUE A VÁCUO, DIMENSÃO 25 X 7 MM, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, PONTA BISEL CURTO TRIFACETADO, CONEXÃO CONECTOR LUER LOCK EM PLÁSTICO, FIXAÇÃO PROTETOR PLÁSTICO, USO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL - UNIDADE SE REFERE A 01 CAIXA C/ 100 AGULHAS	411900	UNIDADE	290	R\$ 35,00
04	AGULHA, COLETA SANGUE A VÁCUO, DIMENSÃO 25 X 8 MM, OU 21G X 1', USO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL - UNIDADE CORRESPONDE À CAIXA COM 100	399980	UNIDADE	350	R\$ 27,88

	UNIDADES				
05	AGULHA, HIPODÉRMICA, TAMANHO 20 X 5, OU 24G X 3,4', ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL - CAIXA 100 UNIDADES	439811	CAIXA	115	R\$ 13,91
06	AGULHA, HIPODÉRMICA, TAMANHO 25 X 7, OU 22G X 1', CORPO EM AÇO INOX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL - CAIXA 100 UNIDADES	439807	CAIXA	230	R\$ 11,29
07	ÁLCOOL, ETÍLICO, ANTISSEPTICO, PARA ASSEPSIA DE PELE, TEOR ALCOÓLICO 70%, FORMA FÍSICA LÍQUIDA	269941	LITRO	115	R\$ 10,90
08	ALGODÃO, HIDRÓFILO, APRESENTAÇÃO MANTAS, MATERIAL ALVEJADO, PURIFICADO, ISENTO DE IMPUREZAS, ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO, NÃO ESTÉRIL - EMBALAGEM 500G	279726	EMBALAGEM	58	R\$ 24,71
09	COLETOR, FRASCO, EXAME FEZES, CAPACIDADE 50ML, MATERIAL PLÁSTICO OPACO, COM CONSERVANTE, FILTRO SEPARAÇÃO IMPUREZAS, COM ESPÁTULA, USO DESCARTÁVEL	436315	UNIDADE	860	R\$ 2,63
10	COLETOR, FRASCO, EXAME FEZES, MATERIAL PLÁSTICO OPACO, CAPACIDADE CERCA DE 100ML, USO DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, TAMPA ROSQUEÁVEL	439077	UNIDADE	1.700	R\$ 0,59
11	COLETOR, URINA, MATERIAL PLÁSTICO, SISTEMA ABERTO, CAPACIDADE CERCA DE 2000ML, GRADUAÇÃO DE 100 EM 100 ML, ESTERILIDADE NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	419399	UNIDADE	115	R\$ 2,97
12	COLETOR, URINA, MATERIAL PLÁSTICO, SISTEMA ABERTO, MODELO INFANTIL, CAPACIDADE CERCA DE 100ML, ADESIVO HIPOALERGÊNICO, EMBALAGEM INDIVIDUAL - PACOTE 10 UNIDADES	419390	PACOTE	28	R\$ 7,19
13	CURATIVO CUTÂNEO, TIPO PÓS - PUNÇÃO, COM ALMOFADA FIBRA SINTÉTICA E BASE ADESIVA, DIMENSÃO CERCA DE 2,5 CM, USO ÚNICO, UNIDADE SE REFERE A 01 ROLO COM 500 UNIDADES	483363	UNIDADE	58	R\$ 18,00
14	FRASCO, COLETOR, EXAME URINA, MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE, CAPACI	436309	UNIDADE	2.890	R\$ 0,48
15	FRASCO, COLETOR, EXAME URINA, MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE, CAPACIDADE 80ML, COM TAMPA ROSQUEÁVEL, ESTERILIDADE NÃO ESTÉRIL, USO DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	439115	UNIDADE	1.730	R\$ 0,41
16	GARROTE, MATERIAL TECIDO ELÁSTICO BRANCO, COMPRIMENTO 60 CM, COM AUTO-TRAVA, REGULAGEM DE TENSÃO AUTOMÁTICA	445576	UNIDADE	30	R\$ 12,05
17	GARROTE, TIPO FITA, COR AZUL, APLICAÇÃO COLETA SANGUE, MATERIAL BORRACHA SINTÉTICA, LIVRE DE LÁTEX, COMPRIMENTO 45CM - UNIDADE SE REFERE A 01 CAIXA C/ 25 TIRAS	445572	UNIDADE	14	R\$ 18,10
18	JALECO, MATERIAL DESCARTÁVEL, MANGA LONGA, GRAMATURA 30G - PACOTE 10 UNIDADES	392742	PACOTE	58	R\$ 29,10
19	LÂMINA, LABORATÓRIO, MATERIAL VIDRO, DIMENSÕES CERCA DE 26 X 76 MM, BORDA FOSCA, ESPESSURA 1,0 A 1,2 MM	409706	UNIDADE	290	R\$ 6,00
20	LANCETA, AUTOMÁTICA, SISTEMA RETRÁTIL, MATERIAL LÂMINA AÇO INOXIDÁVEL, PONTA AFIADA, TRIFACETADA, USO DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, ULTRA FINA, EMBALAGEM INDIVIDUAL -	338605	CAIXA	14	R\$ 9,18

	CAIXA 100 LANCETAS				
21	LANCETA, MATERIAL LÂMINA AÇO INOXIDÁVEL, PONTA AFIADA, TRIFACETADA, USO DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ULTRA FINA - CAIXA 100 UNIDADES	389338	CAIXA	14	R\$ 4,52
22	LENÇOL, DESCARTÁVEL, MATERIAL PAPEL, DIMENSÕES LARGURA 0.70M X COMPRIMENTO 50M, APRESENTAÇÃO ROLO	481807	UNIDADE	58	R\$ 10,35
23	LUVA, PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO GRANDE, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, APRESENTAÇÃO ATÓXICA, AMBIDESTRA, USO DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, FINALIDADE RESISTENTE À TRAÇÃO - CAIXA 100 UNIDADES	387698	CAIXA	115	R\$ 21,00
24	LUVA, PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO MÉDIO, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, APRESENTAÇÃO ATÓXICA, AMBIDESTRA, USO DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, FINALIDADE RESISTENTE À TRAÇÃO - CAIXA 100 UNIDADES	387699	CAIXA	290	R\$ 23,04
25	LUVA, PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO PEQUENO, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, APRESENTAÇÃO ATÓXICA, AMBIDESTRA, USO DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, FINALIDADE RESISTENTE À TRAÇÃO - CAIXA 100 UNIDADES	387700	CAIXA	400	R\$ 24,50
26	MÁSCARA, CIRÚRGICA, TIPO NÃO TECIDO, 3 CAMADAS, PREGAS HORIZONTAIS, ATÓXICA, FIXAÇÃO COM ELÁSTICO, HIPOALERGÊNICA, USO DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM MATERIAL TECIDO-NÃO-TECIDO, PARA USO ODONTO - MÉDICO - HOSPITALAR. POSSUIR, NO MÍNIMO, UMA CAMADA INTERNA E UMA CAMADA EXTERNA E, OBRIGATORIAMENTE, UM ELEMENTO FILTRANTE, A CAMADA EXTERNA E O ELEMENTO FILTRANTE DEVEM SER RESISTENTES À PENETRAÇÃO DE FLUIDOS TRANSPORTADOS PELO AR (REPELÊNCIA A FLUIDOS). A MÁSCARA DEVE SER CONFECCIONADA DE FORMA A COBRIR ADEQUADAMENTE A ÁREA DO NARIZ E DA BOCA DO USUÁRIO, POSSUIR UM CLIPE NASAL CONSTITUÍDO DE MATERIAL MALEÁVEL QUE PERMITA O AJUSTE ADEQUADO DO CONTO DO NARIZ E DAS BOCHECHAS O ELEMENTO FILTRANTE DEVE POSSUIR EFICIÊNCIA DE FILTRAGEM DE PARTÍCULAS (EFP) > 98% E EFICIÊNCIA DE FILTRAGEM BACTERIOLÓGICA (BFE) >95%	466975	UNIDADE	345	R\$ 7,34
27	MÁSCARA, PROTEÇÃO CONTRA POEIRAS/ FUMOS E NÉVOAS TÓXICAS, SEMI-FACIAL, CLASSE PFF-2, REFERÊNCIA 3M N95, COM TIRAS ELÁSTICAS PARA FIXAR NA NUCA	485530	UNIDADE	460	R\$ 2,50
28	MÁSCARA, PROTEÇÃO CONTRA POEIRAS/ FUMOS E NÉVOAS TÓXICAS, SEMI-FACIAL, CLASSE PFF-2, REFERÊNCIA 3M N95, COM TIRAS ELÁSTICAS PARA FIXAR NA ORELHA	485530	UNIDADE	2.300	R\$ 2,50
29	REAGENTE, COVID-19, ANTICORPOS IGG E IGM, IMUNOCROMATOLOGRAFIA, TESTE RÁPIDO, APRESENTAÇÃO TESTE	467048	TESTE	50	R\$ 14,79
30	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, APRESENTAÇÃO TIRA OU FITA, ANÁLISE QUANTITATIVO DE GLICEMIA CAPILAR, USO EM APARELHO ACCU-CHEK ACTIVE - UNIDADE SE REFERE A 01 FRASCO	339565	UNIDADE	30	R\$ 104,89

	C/ 50 UNIDADES				
31	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, ANÁLISE QUALITATIVO DE ANTICORPOS ANTI-TREPONEMA PALLIDUM, MÉTODO IMUNOFLUORESCÊNCIA INDIRETA (FTA-ABS IGG)	338026	TESTE	1.200	R\$ 7,30
32	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO, ANÁLISE QUALITATIVO DE ANTI TREPONEMA PALLIDUM, MÉTODO AGLUTINAÇÃO EM PLACA (VDRL), APRESENTAÇÃO TESTE	430934	TESTE	4.300	R\$ 0,34
33	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO, ANÁLISE QUALITATIVO DE ANTI-TREPONEMA PALLIDUM IGM, MÉTODO IMUNOFLUORESCÊNCIA INDIRETA (FTA-ABS IGM)	379334	TESTE	1.160	R\$ 8,31
34	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO, ANÁLISE QUALITATIVO DE ANTÍGENO COVID-19, MÉTODO IMUNOCROMATOGRÁFIA, APRESENTAÇÃO TESTE	467047	TESTE	50	R\$ 12,00
35	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO, ANÁLISE QUALITATIVO DE BETA HCG, MÉTODO IMUNOCROMATOGRÁFIA - TESTE	356905	TESTE	200	R\$ 0,72
36	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO, ANÁLISE QUALITATIVO DE SANGUE OCULTO EM FEZES, MÉTODO IMUNOCROMATOGRÁFIA, APRESENTAÇÃO TESTE	335034	TESTE	1.350	R\$ 2,39
37	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO, ANÁLISE QUANTITATIVO DE ANTIESTREPTOLISINA "O", MÉTODO AGLUTINAÇÃO EM LÁTEX, APRESENTAÇÃO TESTE	337768	TESTE	470	R\$ 0,65
38	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO, ANÁLISE QUANTITATIVO DE CHLAMIDIA TRACHOMATIS IGG, MÉTODO IMUNOFLUORESCÊNCIA INDIRETA, APRESENTAÇÃO TESTE	340818	TESTE	320	R\$ 11,20
39	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO, ANÁLISE QUANTITATIVO DE CHLAMIDIA TRACHOMATIS IGM, MÉTODO IMUNOFLUORESCÊNCIA INDIRETA, APRESENTAÇÃO TESTE	340816	TESTE	250	R\$ 11,20
40	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO, ANÁLISE QUANTITATIVO DE FATOR REUMATÓIDE, MÉTODO AGLUTINAÇÃO EM LÁTEX, APRESENTAÇÃO TESTE	337471	TESTE	1.900	R\$ 0,60
41	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO, ANÁLISE QUANTITATIVO DE PROTEÍNA 'C' REATIVA, MÉTODO AGLUTINAÇÃO EM LÁTEX, APRESENTAÇÃO TESTE	343029	TESTE	3.400	R\$ 0,57
42	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO, ANÁLISE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA TTPA, MÉTODO AGLUTINAÇÃO, APRESENTAÇÃO TESTE	332712	TESTE	730	R\$ 2,00
43	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, SOLUÇÃO DE GLICOSE, 1,85 MOL/L - FRASCO 300ML	342707	FRASCO	1.150	R\$ 4,50
44	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, SORO DE COOMBS, COMPOSIÇÃO BÁSICA MONOESPECÍFICO ANTI-IGG HUMANO - FRASCO 10ML	337327	FRASCO	15	R\$ 30,99
45	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO 07, TIPO CONJUNTO COMPLETO, TIPO DE ANÁLISE QUALITATIVO DE TROPONINA I, MÉTODO IMUNOCROMATOGRÁFIA, APRESENTAÇÃO TESTE	344237	TESTE	130	R\$ 4,98

46	SERINGA, MATERIAL POLIPROPILENO CRISTAL, CAPACIDADE 5ML, BICO LUER LOCK, EMBOLO SILICONIZADO, SEM AGULHA, ESCALA 1ML, ESTERILIZADA, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO EMBALAGEM INDIVIDUAL	439624	UNIDADE	8.000	R\$ 0,34
47	SERINGA, MATERIAL POLIPROPILENO TRANSPARENTE, CAPACIDADE 10ML, BICO LATERAL LUER SLIP, ÊMBOLO COM PONTEIRA DE BORRACHA SILICONIZADA, EMBALAGEM INDIVIDUAL, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL	439626	UNIDADE	8.000	R\$ 0,41
48	SORO, ANTI-AB, COMPOSIÇÃO MONOCLONAL - FRASCO 10ML	280352	FRASCO	15	R\$ 25,00
49	SORO, ANTI-B, COMPOSIÇÃO MONOCLONAL - FRASCO 10ML	280351	FRASCO	15	R\$ 23,50
50	SORO, ANTI-D, COMPOSIÇÃO MONOCLONAL - FRASCO 10ML	280353	FRASCO	15	R\$ 26,25
51	SORO, TIPAGEM SANGUÍNEA, ANTI A - FRASCO 10ML	280350	FRASCO	15	R\$ 22,60
52	TUBO, COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA, MATERIAL PLÁSTICO, VOLUME 2ML, COM EDTA-K2, APLICAÇÃO COLETA DE SANGUE, À VÁCUO, ESTERILIDADE ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	377426	UNIDADE	29.000	R\$ 0,96
53	TUBO, MATERIAL PLÁSTICO ÂMBAR, VOLUME 3,5 ML, COM ATIVADOR DE COÁGULO E GEL SEPARADOR, USO COLETA DE SANGUE, À VÁCUO, ESTERILIDADE ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	434612	UNIDADE	34.500	R\$ 0,76
54	TUBO, MATERIAL PLÁSTICO, VOLUME 4ML, COM ATIVADOR DE COÁGULO E GEL SEPARADOR, USO COLETA DE SANGUE, À VÁCUO, ESTERILIDADE ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	372352	UNIDADE	57.600	R\$ 1,00
55	TUBO, MATERIAL PLÁSTICO, VOLUME 4ML, COM CITRATO DE SÓDIO 3,2%, USO COLETA DE SANGUE, À VÁCUO, ESTERILIDADE ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	386979	UNIDADE	5.800	R\$ 1,00
56	TUBO, MATERIAL PLÁSTICO, VOLUME 4ML, COM EDTA-K3, USO COLETA DE SANGUE, A VÁCUO, ESTERILIDADE ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	372340	UNIDADE	460	R\$ 0,91
57	TUBO, MATERIAL PLÁSTICO, VOLUME 4ML, COMPONENTES COM FLUORETO DE SÓDIO, USO COLETA DE SANGUE, A VÁCUO, ESTERILIDADE ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CADA UNIDADE SE REFERE A 01 CAIXA C/ 100 UNIDADES	432071	UNIDADE	72	R\$ 0,73

1.2.1. Não há órgãos participantes desta Licitação.

1.2.2. As solicitações de Adesão (caronas) às Atas de Registro de Preço gerenciadas pela Universidade Federal de Goiás (UASG 153052) são feitas somente via **SIASNET por intermédio da funcionalidade "GESTÃO DE ATA SRP"**, devendo o órgão interessado solicitar o acesso ao sistema seguindo a orientação disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://dcom.ufg.br/p/38525-outros-orgaos-como-solicitar-adesao-as-atas-da-ufg>.

1.2.3. Dúvidas relacionadas a adesão a ata de registro de preços que não forem esclarecidas por intermédio da leitura das orientações constantes na página citada no subitem anterior podem ser dirimidas pelo e-mail: cpd.dcom@ufg.br.

1.2.4. A lista dos Pregões Registro de Preços, com atas registro de preços válidas, realizados pela Diretoria de Compras da Universidade Federal de Goiás encontra-se divulgada no site da Diretoria de Compras no seguinte endereço eletrônico: <https://dcom.ufg.br>, no menu Registro de Preços.

1.2.5. **Caso ocorra alguma divergência entre as especificações técnicas constantes na tabela com aquelas lançadas no sistema eletrônico (Comprasnet), prevalecerá o constante neste instrumento.**

1.3. **São Requisitos desta contratação:**

1.3.1. **Obrigatoriedade de que todos fornecedores informem em suas propostas de preços o nº Registro do produto ofertado na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA/MS), ou apresentem documento/informação (nº da RDC, etc.) que comprove a isenção para todos os itens.**

1.3.2. **Obrigatoriedade de que todos os fornecedores que participarem desta licitação, somente ofertem para os itens que se enquadram como EPIS, nos termos do anexo I da NR 6 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI, disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-06.pdf>, produtos que tenham a **marcação do número do CAEPI - Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual, comercialmente designado de CA, na etiqueta ou em local específico do produto que seja permitido pela regulamentação aplicável do Ministério do Trabalho e Previdência - itens 27 e 28.****

1.3.3. **Comprovante de conformidade Inmetro para as luvas e máscaras, de acordo com a aplicabilidade - itens 23 a 26;**

1.3.4. **Todos os reagentes devem ter validade igual ou superior a 06 (seis) meses.**

1.4. **O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, conforme constar da Ata de Registro de Preços.**

1.5. **Se houver divergência entre os Requisitos da Contratação fixados neste Termo de Referência e os Requisitos constantes no (s) Estudo Técnico (s) Preliminar (res), prevalecem os constantes deste expediente.**

2. **DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. **A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (Doc. Sei nº 3608235), apêndice deste Termo de Referência.**

2.2. Esta licitação, na modalidade pregão em sua forma eletrônica, será processada pelo sistema de registro de preços. O registro de preços visa atender à dificuldade de prever, com exatidão, as quantidades que serão consumidas ao longo de 12 (doze) meses. Ainda corrobora para a realização das aquisições através dos preços registrados a permissão legal constante dos incisos I e IV, do art. 3º, do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, quais sejam:

Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços – SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou Material, houver necessidade de contratações frequentes;

(...)

IV – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. grifos nosso

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, e encontra-se materializada no **Documento SEI nº 3608235.**

4. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

6. **ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da nota de empenho via e-mail, em remessa (única ou parcelada), no seguinte endereço: **LABORATÓRIO RÔMULO ROCHA DA FACULDADE DE FARMÁCIA, 1ª AVENIDA, ESQ/ COM PRAÇA UNIVERSITÁRIA, S/ NÚMERO, CEP: 74.605-220, GOIÂNIA - GOIÁS (TÉRREO DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA - UFG). A/C THALYTA OU GUSTAVO, CONTATO: 3209-6446, 3209-6040, EMAIL: ROMULOROCHAUFG@GMAIL.COM.**

6.2. O prazo de entrega a critério da área competente da UFG e mediante solicitação com justificativa escrita do fornecedor poderá ser dilatado.

6.3. **As entregas deverão ocorrer obrigatoriamente de segunda a sexta-feira, em horário comercial, das 08:00 às 17:00.**

6.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 15 (quinze) dias, pelo(a) servidor(a) ou Equipe de servidores, conforme o caso, responsável (veis) pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 07 (sete) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.9. Durante a validade da contratação a empresa contratada não poderá alegar a indisponibilidade dos produtos ofertados, sob pena de lhe ser aplicadas as sanções previstas no edital.

- 6.9.1. Se no ato da entrega dos produtos a Nota Fiscal de Venda não for aceita pela Contratante devido a alguma divergência/irregularidade(s) em seu preenchimento, esta será devolvida para as necessárias correções, passando a contar o prazo de pagamento a partir da data de sua reapresentação.
- 6.9.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 6.9.3. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados em suas embalagens originais e em perfeitas condições de uso, de forma a permitir completa segurança por parte da Contratante, sob pena do não recebimento definitivo dos mesmos.

Dados para emissão da Nota Fiscal de Venda

Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Endereço: Campus II – Samambaia, Goiânia – GO

CEP: 74691-300

CNPJ: 01.567.601/0001-43

Inscrição Estadual: Isento Fone: (62) 3521 1020

- 6.9.4. Para agilizar o processo de pagamento, devem ser informados na Nota Fiscal de Venda os dados bancários da Contratada (se possível).
- 6.9.5. Após emissão da nota de empenho e/ou celebração do contrato o prazo de entrega poderá ser dilatado a critério da autoridade competente da Universidade e mediante pedido escrito e fundamentado do fornecedor.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.2.1. Rejeitar os produtos em que as características, qualidade não satisfaçam às exigências contratadas, que sejam impróprias ou diferentes/inferiores daquelas exigidas neste instrumento e respectivo edital, obrigando a adjudicatária a substituir ou se adequar, sem ônus para a UFG e no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento, edital e anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.2. **Efetuar a entrega dos reagentes e diagnósticos clínicos e reagente químicos acompanhados de INSTRUÇÕES DE USO em língua portuguesa e da Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ);**

8.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do código de defesa do consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.5. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Os pagamentos serão realizados somente via ordem bancária e, de acordo com a tramitação formal, não sendo reconhecidos quaisquer outros tipos de documentos de cobrança, tais como duplicatas, boletos e/ou outros tipos de títulos. A responsabilidade pela baixa de qualquer cobrança apontada em cartórios de títulos e protestos ou equivalentes, será de total responsabilidade da Contratada.

12.13.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = $\frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438
		TX = Percentual da taxa anual = 6%.

--	--	--

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis, nos termos do Parecer nº 00001/2016/CPLCA/CGU/AGU não cabe reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico em relação à Ata de Registro de Preços, uma vez que esses institutos estão relacionados à contratação (contrato administrativo em sentido amplo).

13.1.1. Os critérios de revisão e cancelamento são os que constam da minuta da Ata de Registro de Preços.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução por se tratar de registro de preços.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação. A garantia para os bens objeto desta licitação é a **garantia legal**, prevista no Artigo 24 caput, e 26, inciso II do Código de Defesa do Consumidor - Lei 8.080 de 11 de setembro de 1.990.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

16.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. Fraudar na execução do contrato;

16.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

16.1.5. Cometer fraude fiscal;

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

16.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida (valor da contratação /empenho), até o limite de 30 (trinta) dias corridos.

- 16.2.3. **Multa compensatória variando de 10% (dez por cento) até 30% (dez por cento) sobre o valor total da contratação (empenho), no caso de inexecução total do objeto da contratação (valor empenhado);**
- 16.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, **considerando a faixa percentual** do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 16.2.5. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 16.2.6. **Impedimento de licitar e contratar** com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 16.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa deste Termo de Referência.
- 16.2.7. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 16.3. As sanções previstas nos subitens acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 16.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 16.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 16.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 16.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da

responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. **Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:**

17.3.1. **Licença Sanitária** expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou Município sede da empresa proponente ou documento que comprove a isenção (para as empresas que apresentarem proposta para os itens referentes à produtos médicos/hospitalares).

17.3.2. **Comprovação de aptidão** para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

17.3.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, considerando as disposições do Acórdão TCU 914/2019, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: **comprovar o fornecimento de no mínimo 20% (vinte por cento) do quantitativo total para cada item desta licitação, que vier a participar, ou de no mínimo uma unidade, o que for maior.**

17.3.2.2. Se da aplicação do percentual referido no subitem anterior, resultar em número decimal, deverá ser efetuado o arredondamento para o próximo número inteiro.

17.4. O critério de aceitabilidade de preços é o menor preço unitário por item, conforme Tabela constante do subitem 1.2. deste Termo de Referência.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

18.1. O custo estimado da contratação é de **R\$237.717,11 (duzentos e trinta e sete mil, setecentos e dezessete reais e onze centavos).**

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. Por se tratar de licitação processada pelo sistema de registro de preços, tendo em vista as prerrogativas constantes no art. 7º, §2º do Decreto 7.892/2013, a dotação orçamentária será juntada aos autos previamente a emissão de empenho relativa a cada compra que ocorrer, durante a vigência da ata de registro de preços.

Goiânia, 28 de março de 2023.

MICHELLE MARIA DE OLIVEIRA LANDIM
Assistente em administração
CL/DCOM/PROAD/ UFG - Regional Goiânia

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras
Atualização: Julho/2021

APÊNDICE I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O Estudo Técnico Preliminar (**Doc. SEI nº 3608235**), será publicado compactado como um dos anexos do edital da licitação, quando da divulgação desta licitação, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br.



Documento assinado eletronicamente por **Michelle Maria De Oliveira Landim, Assistente em Administração**, em 28/03/2023, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3628725** e o código CRC **B26DEF01**.